



A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O IDEB COMO INSTRUMENTO

Beatriz de Sousa Lima; Denner Morais Dantas; Guilherme Luiz Pereira Costa; Karlla Christine Araújo Souza

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, biasousa14@hotmail.com; dennerdantas9@gmail.com;
guilhermelpcosta15@gmail.com; karlla_chris@yahoo.com.br*

Resumo: Ao longo do século XX no Brasil, o acesso à educação formal era limitado e grande parte da população mais pobre estava excluída do sistema de ensino. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, com o acesso ao ensino fundamental tendo que ser universalizado, foi aumentando a necessidade de um indicador que medisse de fato a qualidade da nossa educação. Para além de quantas pessoas estavam na escola, era importante saber se elas estavam aprendendo, quanto e em quanto tempo. O Ministério da Educação (MEC) desenvolveu então um indicador que reunia dados sobre fluxo e aprendizado: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Por meio de análise documental e bibliográfica faremos uma breve e sucinta exposição de fatos que “moldaram” a educação brasileira a partir de 1930, bem como elucidar as contribuições do IDEB para um diagnóstico mais preciso acerca dos problemas educacionais da rede pública de ensino nacional. O artigo procurará desvendar quais as transformações da educação no âmbito nacional a partir da década de 1930 e quais os impactos da criação do IDEB diante do cenário político que se desenvolvera.

Palavras-chave: educação, instrumento, avaliação educacional, IDEB.



INTRODUÇÃO

A educação é um dos principais fatores utilizados para medir e diferenciar o bem-estar, desenvolvimento econômico e qualidade de vida em determinado país ou região. Países com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH elevado, como Noruega, Austrália, Suíça e Holanda, por exemplo, necessariamente apresentam associadas em seu sistema organizacional, uma elevada taxa de alfabetização e escolarização entre suas populações. A fim de atingir esse objetivo, faz-se necessário, portanto, recursos e mecanismos que meçam com eficiência e eficácia a abrangência e a qualidade da educação transmitida numa nação, pois só assim pode-se determinar se um território se enquadra nas categorias *desenvolvido*, *em desenvolvimento* ou *subdesenvolvido*.

Ao longo do século XX no Brasil, o acesso à educação formal era limitado e grande parte da população mais pobre estava excluída do sistema de ensino. Por isso, durante muito tempo, as metas para a educação focaram-se no atendimento escolar. Media-se a qualidade de uma rede de ensino com base em indicadores de acesso e permanência, como matrícula, cobertura, repetência, evasão, anos de estudo etc. O importante era saber quantas crianças estavam na escola, e estar dentro da escola já era considerado sinônimo de aquisição de conhecimentos e competências.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o acesso ao ensino fundamental tendo que ser universalizado, foi aumentando a necessidade de um indicador que medisse de fato a qualidade de nossa educação. Para além de quantas pessoas estavam na escola, era importante saber se elas estavam aprendendo, quanto e em quanto tempo. O Ministério da Educação - MEC desenvolveu então um indicador que reunia dados sobre fluxo e aprendizado: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

O interesse em tomar o IDEB como o objeto de estudo deste trabalho se deu devido a sua completude em relação aos demais instrumentos de avaliação educacional do qual nosso país dispõe, pois o IDEB não se trata apenas de um instrumento comparativo que mostra que escola, município ou estado se encontra no maior patamar, este exerce uma função mais social dentro da educação, no sentido de que além de avaliar, impõe a cada uma das unidades educacionais o objetivo de cumprir uma meta, dando estímulos para o avanço da instituição. Neste sentido ele é um mediador, já que interfere nos espaços educacionais com o objetivo constante de fazê-los crescer



por meio das metas por ele estabelecidas, em função de um bem ainda maior: tornar a educação brasileira igualitária.

METODOLOGIA

Para este trabalho, será utilizada a pesquisa documental e bibliográfica na medida em que serão analisados documentos e bibliografias selecionadas, como MELLO (1995) E COELHO (2008) que servirão de base para orientar a pesquisa referida.

Geralmente, as discussões acerca dos problemas da educação suscitam questões sobre formação docente, financiamento, estrutura física do ambiente escolar, práticas pedagógicas, perfil socioeconômico dos alunos e gestão escolar. Por meio de análise documental e bibliográfica faremos uma breve e sucinta exposição de fatos que “moldaram” a educação brasileira a partir de 1930, bem como tentar explanar as contribuições do IDEB para o diagnóstico mais preciso acerca dos problemas educacionais da rede pública de ensino diante das mudanças políticas que de desenvolvera.

RESULTADOS

A partir da década de 1930, o Brasil passou por importantes transformações políticas, econômicas e sociais, principalmente por conta da transição da sociedade pré-capitalista, agrário-comercial, para a sociedade urbano-industrial, o que resultou, portanto, no crescimento da população urbana. Esse crescimento, decorrente do então processo de transição manifestou também uma maior demanda pela educação, uma vez que esta representava um meio de acesso a posições socialmente valorizadas, por meio do êxito profissional.

Nesse contexto, o Estado passou a atuar em todos os setores da sociedade e também na educação, contribuindo para a ampliação do sistema escolar do país, por meio da criação do Ministério de Educação e Saúde – MES e o Conselho Nacional de Educação – CNE.

A educação passou então a ser tratada numa perspectiva meramente quantitativa, uma



vez que o país investiu demasiado na expansão da rede pública de ensino, em detrimento de sua qualidade.

Diante deste cenário surgiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, como fruto dos ideais do movimento modernista da década de 1920. Sua expressão na área educacional se deu por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, datado de 1932, que propunha o uso de métodos científicos para a solução dos problemas da educação. O intuito seria a construção de uma nova política educacional, com sentido unitário e de bases científicas. Seus autores² reafirmam a importância da pesquisa educacional, reivindicando a criação de uma instituição pública para promover o seu desenvolvimento.

O INEP se estruturou com base nos ideais do movimento, que acreditava no poder transformador da educação e reivindicava a primazia da mesma na hierarquia dos problemas nacionais, apontando a escola como o instrumento de uma reconstrução nacional.

Após as inclinações políticas decorrentes da Revolução de 1930, a educação passou a fazer parte do projeto republicano. O então ministro da educação, Gustavo Capanema, neste contexto, recebeu a tarefa de tornar concreta a pretensão dos pioneiros.

Instituído pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, lei esta que reestruturou o Ministério da Educação e Saúde Pública, foi denominado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia. Esta instituição trazia consigo a missão de realizar pesquisas sobre os problemas do ensino em diversos aspectos. Porém, somente em 1938 sua instalação foi concretizada, sob a liderança do educador Lourenço Filho.

O Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, alterou sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que deu origem à sigla pela qual a instituição é conhecida até hoje, INEP. A alteração do nome também deu margem às mudanças organizacionais ao longo das décadas que se sucederam.

Na década de 1950, a população brasileira era de 50 milhões de pessoas; destes, cerca de 30% frequentava a escola e o país aumentava cada vez mais o atendimento educacional, investindo na sua expansão, que sempre foi vista nas políticas e normas educacionais como atendimento à demanda, considerando principalmente as camadas desfavorecidas da sociedade. A expansão, nesse sentido, tinha como objetivo favorecer a inclusão, sob o ponto de vista de atendimento. A preocupação, portanto, estava centrada na quantidade (OLIVEIRA, 2005).



A expansão quantitativa da rede, a complexidade resultante do crescimento, a multiplicação e diversificação dos quadros e tarefas resultaram na burocratização e ritualização dos serviços. Além disso, a expansão trouxe problemas como a improvisação de salas de aula e de professores, a escassez de recursos, a multiplicação dos períodos de funcionamento da escola, bem como a alteração do currículo com vistas a atender às novas exigências e necessidades da demanda (BEISIEGEL, 2005).

O Brasil manifestou uma verdadeira preocupação com a qualidade da aprendizagem dos alunos e a avaliação desta, somente na década de 1980, por meio da elaboração de instrumentos de avaliação externa como a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (Prova Brasil), e o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

O primeiro sistema de avaliação da educação brasileira foi instituído pelo Ministério da Educação, em 1987, sob a nomenclatura de Sistema Nacional do Ensino Público do 1.º Grau (SAEP), como uma das exigências do Banco Mundial para prover financiamentos para projetos executados no Brasil. No entanto, sua efetivação só ocorreu em 1990, já sob a nomenclatura de SAEB (COELHO, 2008).

O objetivo do SAEB é monitorar a qualidade da educação básica brasileira, por meio dos instrumentos de coleta como exames de língua portuguesa, matemática e questionários a serem respondidos por alunos, professores, diretores e pelo responsável pela coleta de dados. O SAEB avalia as habilidades utilizadas pelos alunos no processo de construção do conhecimento, além de suas capacidades cognitivas.

Para o INEP, a análise dos resultados alcançados por meio do SAEB viabiliza o acompanhamento do avanço no desempenho dos alunos e dos diversos fatores circunstanciais na qualidade e na efetividade do ensino aplicado nas escolas, possibilitando a determinação de ações voltadas à reparação das deficiências identificadas e o aprimoramento das práticas e dos resultados apresentados pelas escolas e pelo sistema de ensino brasileiro, de forma geral.

Os instrumentos de avaliação foram criados, sobretudo em virtude da modernização desencadeada pela globalização da economia, pelas transformações no mundo do trabalho e pela disseminação das novas tecnologias da informação.

Segundo, (COELHO, 2008) a ineficiência do sistema escolar, bem como as novas exigências de qualificação e formação, aliadas à reestruturação do Estado brasileiro, foram os



alicerces da implantação das avaliações externas no Brasil. No momento em que o Estado deixa de ser o provedor para ser o regulador, as recomendações de agências internacionais como o Banco Mundial - BM, o Fundo Monetário Internacional - FMI, e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO passam a adequar o sistema escolar brasileiro a um modelo economicista, para atender às necessidades do mercado de trabalho.

Nesse cenário, ocorreu a última grande reestruturação do INEP, em 1997, por meio da Lei nº 9.448, de 14 de março, que redefiniu e ampliou suas atribuições. O instituto ganhou maior autonomia ao ser transformado em autarquia federal, vinculado ao MEC. Nesse enfoque, criou-se o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Posteriormente, no início dos anos 2000, obtiveram-se os indicadores de monitoramento dos sistemas de ensino, como é o caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e do Índice de Desenvolvimento do Estado de São Paulo - IDESP. E ainda, mais um instrumento de avaliação externa, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC ou Prova Brasil, como é popularmente conhecida.

A Prova Brasil, ou ANRESC, é um instrumento de avaliação externa criado pelo MEC/INEP em 2005, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes das escolas de nível fundamental urbanas, nas áreas de Língua Portuguesa, com foco na leitura, e Matemática. A Prova Brasil é mais detalhada, uma vez que agrega todas as escolas, sem exceção, complementando a avaliação realizada pelo SAEB (BRASIL, 2009).

Criado pelo INEP, o IDEB é um indicador sucinto da educação brasileira, que leva em consideração resultados acadêmicos e fluxo escolar, obtidos por meio da Prova Brasil, do SAEB e do Censo Escolar, com o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional. O cálculo do IDEB é feito da seguinte forma:

$$\text{Ideb} = (1/T) \cdot N (\text{nota})$$

T é o número de anos que em média os alunos gastam para completar uma série (tempo). Quando esse fluxo é feito adequadamente (1/T), o IDEB assume o valor da nota, e sua tendência é manter-se estável ou aumentar. Mas quando o fluxo é interrompido por repetência, evasão ou abandono, T assumirá valores maiores e, conseqüentemente, o índice tende a diminuir. Nota é a média das avaliações externas, ou seja, o valor do desempenho dos estudantes no SAEB e



na Prova Brasil. Logo, os referenciais “tempo de estudo” e “nota de desempenho” dos estudantes são os dados quantitativos que formam o IDEB (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007).

A compilação desses dados resulta em uma média para as Unidades da Federação e para as próprias escolas, gerando gráficos informacionais sobre o nível de qualidade de cada um (FERNANDES, 2007). O IDEB consiste no principal indicador de monitoramento da qualidade da educação básica no país, atualmente. Ele se propõe a refrear a reprovação e estabelecer metas para os sistemas de ensino e as escolas, numa mobilização pela melhoria da qualidade da educação para que, em 2022, o país possa alcançar a meta de qualidade educacional dos países desenvolvidos.

DISCUSSÃO

As metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, variando de 0 a 10, com o objetivo de alcançar 6 pontos (6,0), até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos, de acordo com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A média nacional da aferição do IDEB no ano de 2005 foi de 3,8. Já no ano de 2007, o resultado ficou em 4,2, contra 6,0, média alcançada por países desenvolvidos. A partir daí, a média 6,0 passa a ser a meta a ser alcançada em 2022. Com os objetivos atingidos, o Brasil poderá fazer parte dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OEDC. (HADDAD, 2008).

O cálculo do IDEB é realizado a partir de dois componentes: as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP (ANRESC e SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica) e aprovação (taxas de rendimento escolar – medidas pelo Censo Escolar, anualmente realizado).

Para ter um bom desempenho no IDEB é necessário que as escolas atendam a três requisitos básicos: atingir a meta para ela estabelecida; crescer seu índice em relação aos anos anteriores; e atingir o esperado 6,0 (média dos países desenvolvidos).

A meta estabelecida para a rede pública municipal de ensino do Brasil em 2013, pelo IDEB, era 4,2. O país conseguiu atender aos dois primeiros requisitos; não só atingindo a média,



como a ultrapassando para 4,7, crescendo seu índice em 0,5 pontos em relação ao índice alcançado em 2011. Porém, não atingiu a pontuação 6,0 - o terceiro requisito.

A título de exemplo, na cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, a meta do IDEB estabelecida para o ano de 2013 era de 4,3 e foi ultrapassada para 5,1, porém sofreu uma queda em relação ao ano de 2011 e com isso deixou de atender a dois dos requisitos necessários. Vale salientar que a meta estabelecida não se refere à meta geral para a educação do município como um todo (ensino público - estadual e municipal e ensino privado), mas apenas ao ensino público municipal, ou seja, o ensino fundamental.

Mossoró-RN conta com 34 escolas municipais, sendo que 3,7% deste total encontra-se em estado de alerta, pois, não cresceram o IDEB, não atingiram sua meta e estão abaixo da média estabelecida (6.0), tendo o desafio de crescer para atingir o objetivo esperado; 33,3% estão em estado de atenção e não foram bem em dois entre os três critérios analisados; 48,1% precisam melhorar, pois cresceram o IDEB e atingiram a sua meta, entretanto, têm o desafio de manter o crescimento do índice, bem como superar a média estabelecida. Apenas 14,8% atingiram os objetivos esperados, pois cresceram o IDEB, atingiram a sua meta e superaram a média estabelecida (6.0).

Através das notas obtidas pelo IDEB é possível realizar diagnósticos e projeções acerca tanto do desenvolvimento educacional de cidades como Mossoró-RN, como nos Estados e na União.

CONCLUSÃO

Como vimos, o IDEB é um instrumento de medição educacional da rede básica de ensino. Ele diagnostica, estabelece metas e sugere sua superação pelas escolas da rede pública e privada de ensino do país, de acordo com suas realidades, focando e incentivando na equiparação da média dos países desenvolvidos e IDH's elevados.

Para autores como Mello (1995) os problemas da educação brasileira – como capacitação de professores e sua valorização, as condições mínimas de desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, como materiais didáticos, bibliotecas, laboratórios e a própria



infraestrutura da escola – requerem uma nova forma de organização e gerenciamento. Sob essa perspectiva, a autora entende que a gestão é a “chave” para a qualidade, tanto para a educação básica quanto para políticas públicas. Só assim pode-se elevar, efetivamente, taxas educacionais como as do IDEB no Brasil.

É preciso rever o padrão de financiamento e alocação de recursos, examinar o planejamento para a expansão e ocupação da rede física, qualificar a gestão escolar, instituir sistemas de avaliação externa da aprendizagem dos alunos e estimular e criar modelos alternativos para a formação docente. Ademais, capacitar os professores em efetivo exercício da profissão, fazer um levantamento das dificuldades a fim de propor alternativas de solução para a questão salarial e optar por uma política do livro didático, bem como buscar promover maior preocupação da sociedade civil e das mídias sociais de forma geral com a qualidade da educação no país. Por fim, é preciso estabelecer diretrizes para a integração da escola com outras instâncias como saúde, lazer, esporte e cultura, pois isso propiciará aos alunos experiências inovadoras (MELLO, 1995).

Segundo a autora, estes são requisitos mínimos respectivos à gestão, para uma bem sucedida qualificação e capacitação do indivíduo, com a finalidade de atender as demandas exigidas no século XXI, tal como empenhar-se na busca de um modelo de gestão eficiente e racional.

O artigo vislumbrado buscou tratar acerca da questão da educação no Brasil, focando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB como um instrumento quantitativo e qualitativo de medição da educação básica nacional, pois além de estabelecer instrumentos de avaliação nos moldes da ciência positiva, foca o aperfeiçoamento educacional como um ideal a ser sempre buscado, superado e aperfeiçoado. Isso é extremamente importante, pois exerce uma função mais social dentro da educação nacional. Ele busca melhorar não só o ensino, mas também a aprendizagem, o que reflete direta e positivamente nas relações sociais dentro do âmbito escolar e transpassa valores cidadãos para além dos muros da escola.

O artigo aqui exposto é fruto de uma pesquisa em andamento, que busca avaliar, através de mecanismos como o IDEB, como e por que algumas escolas do município da cidade de Mossoró-RN possuem melhor colocação no índice, em detrimento de outras, agregadas a mesma instituição, a saber, a Prefeitura Municipal de Mossoró.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TRAJETÓRIA DO INEP

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/institucional-70anos> <Acesso em> 09 de Abril de 2016

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade no ensino na escola pública**. Brasília: Liber, 2005.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v.16, n 59, abr./jun. 2008.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, 2007.

HADDAD, Sérgio (org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1988.

IDEB – APRESENTAÇÃO

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ideb> <Acesso em> 02 de Abril de 2016

IDEB 2013

Disponível em: <http://academia.qedu.org.br/ideb/ideb-2013/> <Acesso em> 09 de Abril de 2016

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e Competitividade**: desafios educacionais para o terceiro milênio. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MOSSORÓ: IDEB 2013

Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/1096-mossoro/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2013> <Acesso em> 02 de Abril de 2016

NOTA TÉCNICA-CONCEPÇÃO IDEB

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcao_IDEB.pdf <Acesso em> 04 de Abril de 2016

O QUE É O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA?

Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores> <Acesso em> 02 de Abril de 2016.

OLIVEIRA, João Batista Alves. Desigualdades e políticas compensatórias. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (orgs). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

RIO GRANDE DO NORTE: IDEB 2013

Disponível em: <http://www.qedu.org.br/estado/120-rio-grande-do-norte/ideb?dependence=2&grade=1&edition=2013> <Acesso em> 02 de Abril de 2016